

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 536.547 - CE (2019/0293973-3)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : MANASSES GOMES DA SILVA
ADVOGADO : MANASSES GOMES DA SILVA - CE008823
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ
PACIENTE : EUGENIA MICHELLY DE OLIVEIRA QUEIROZ
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de EUGENIA MICHELLY DE OLIVEIRA QUEIROZ no qual se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (HC n. 0626560-24.2019.8.06.0000).

Depreende-se dos autos que a paciente foi presa em flagrante, em 11/12/2012, pelos crimes de estelionato, falsificação de documento público, falsificação de documento particular e uso de documento falso. Concedida a liberdade no dia 17/12/2012, foi posteriormente chamada a comparecer em Juízo, mas não o fez, o que motivou a decretação de sua prisão preventiva em 21/1/2016. Após sua prisão (14/7/2016), o Juízo da 9ª Vara Criminal de Fortaleza/CE deferiu pedido de revogação da prisão cautelar, estipulando medidas cautelares diversas (28/7/2016).

O Tribunal de origem denegou a ordem de *habeas corpus* em que se postulava autorização para estudar fora do país. Eis a respectiva ementa (e-STJ fl. 171):

EMENTA: HABEAS CORPUS. ESTELIONATO, FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PÚBLICO, FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PARTICULAR E USO DE DOCUMENTO FALSO (ARTS. 171, CAPUT, 297, 298 E 304, TODOS DO CP). LIMINAR INDEFERIDA. RÉ QUE SE ENCONTRA CUMPRINDO MEDIDA CAUTELAR MEDIANTE MONITORAMENTO ELETRÔNICO. AUTORIZAÇÃO PARA ESTUDO FORA DO PAÍS. IMPOSSIBILIDADE. PACIENTE QUE JÁ DESCUMPRIU ANTERIORMENTE MEDIDAS CAUTELARES. DIFICULDADE NA FISCALIZAÇÃO. RISCO DE FUGA. MEDIDAS CAUTELARES IMPOSTAS RAZOÁVEIS E PROPORCIONAIS AO CASO CONCRETO. EXISTÊNCIA DE INQUÉRITOS POLICIAIS E AÇÕES PENAIS CONTRA A ACUSADA. NECESSIDADE DE ASSEGURAR A APLICAÇÃO DA LEI PENAL, ANTE A POSSIBILIDADE DE FUGA E REITERAÇÃO DELITIVA (ART. 312 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL). SÚMULA 1 02 DO TJCE. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA.

Superior Tribunal de Justiça

1. A paciente é acusada de crimes dentre os quais a falsificação de documento público, falsificação de documento particular e uso de documento falso.

2. Súmula nº 02 do TJCE - A ameaça concreta e evidenciada de fuga, bem como a efetiva evasão do distrito da culpa, constituem fundamento para o decreto de prisão provisória, com o fim de assegurar a aplicação da lei penal.

3. As condições pessoais favoráveis, embora relevantes, não impedem a segregação cautelar, desde que atendidos os requisitos legalmente exigidos para sua decretação, o que ocorreu no caso em tela.

4. Ordem conhecida e denegada.

No presente *habeas corpus*, o impetrante postula autorização para estudo na faculdade Universidade Central Del Paraguay, mediante a alteração das medidas cautelares anteriormente impostas.

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Não obstante os fundamentos apresentados pelo impetrante, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para verificar a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da irresignação, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste recurso.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau e ao Tribunal de Justiça, bem como o envio das decisões proferidas nos autos da ação penal, ressaltando-se que deverão noticiar a esta Corte Superior qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Superior Tribunal de Justiça

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator

